



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

ANEXO 07

TERMO DE REFERÊNCIA

“RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETO E LOCALIDADE	6
2.1	Da Descrição do Objeto	7
2.2	Da Localidade	7
3	JUSTIFICATIVA	17
4	ESTUDOS, PROJETOS, SERVIÇOS E OBRAS ANTECEDENTES	18
5	ESCOPO DOS SERVIÇOS	19
6	SERVIÇOS PRELIMINARES	21
6.1	Levantamentos Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral	21
6.2	Serviços de Sondagens	24
6.3	Diagnóstico e Caracterização dos Locais de Execução dos Serviço	25
➤	Caracterização física do corpo hídrico	25
➤	Caracterização operacional do serviço	25
6.4	Relatórios de Acompanhamento da Atividades	26
7	APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS	26
7.1	Aspectos Gerais	26
7.2	Emissão dos Relatórios	27
8	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	29
8.1	Diretrizes Gerais	29
8.1.1	Normas de Referência	31
8.2	Controle Ambiental e Resolução SEA N° 216	31
8.3	Metodologia de Execução dos Serviços	32
8.4	Administração local	33
8.5	Mobilização e Desmobilização	33
8.6	Instalações Provisórias	34



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

8.7	Tapumes	34
8.8	Placa de Identificação	35
8.9	Trânsito e Sinalização	35
8.10	Locação	37
8.11	Limpeza e Preparo do Terreno	38
8.12	Movimento de Terra	38
8.13	Proteção das Margens	39
8.14	Recomposição das Instalações Hidrossanitárias	39
8.15	Drenagem Superficial	40
8.16	Recomposição da Pavimentação das Vias	40
8.18	Cercamentos das áreas	43
8.19	Pavimentação	44
8.20	Paisagismo	44
8.21	Iluminação Pública	45
8.22	Sinalização Horizontal	45
8.23	Fornecimento de Mão de Obra e Equipamentos	46
8.24	Transportes de Materiais	47
8.25	Fornecimento de Materiais	48
8.26	Retirada de Entulho	49
8.27	Disposição Final	50
8.28	Reparos, Retoques, Limpeza e Entregas dos Serviços	50
9	“AS BUILT” – COMO CONSTRUÍDO	54
10	ART/RRT - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	54
11	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	54
11.1	Forma de Avaliação	55
11.2	Horário de funcionamento	56
12	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	56



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

13	PRAZOS E MEDIÇÕES	56
13.1	Medições	57
13.2	Condições de Pagamento	58
14	DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO	58
15	GARANTIA	59
16	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

1 INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência estabelece condições técnicas para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”. Foi elaborado conforme a RES INEA nº 137/2016, respeitando o manual de gestão e acompanhamento de contratos anexo à resolução.

Os serviços aqui pretendidos com a recuperação ambiental tem como objetivo conservar e preservar as margens dos corpos hídricos, além de promover uma área de lazer proporcionando o bem-estar físico e mental para a população local existente, para mitigar os impactos negativos da expansão urbana desordenada, além de conscientização da população em prol do meio ambiente.

A metodologia a ser utilizada pelo INEA será intervir por Regiões Hidrográficas (Figura 1), salvo os corpos hídricos que estejam sob tutela de outros entes da federação ou trechos que já estejam sendo contemplados por outros contratos do INEA no momento da execução deste.

As áreas de execução dos serviços serão divididas conforme apresentado abaixo:

- Regiões Hidrográficas da Baía da Ilha Grande (RH I) e Guandu (RH II);
- Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (RH III);
- Regiões Hidrográficas do Piabanha (RH IV) e Rio Dois Rios (RH VII);
- Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RH V);
- Regiões Hidrográficas Lagos São João (RH VI) e Macaé e das Ostras (RH VIII);
- Regiões Hidrográficas Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (RH IX).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

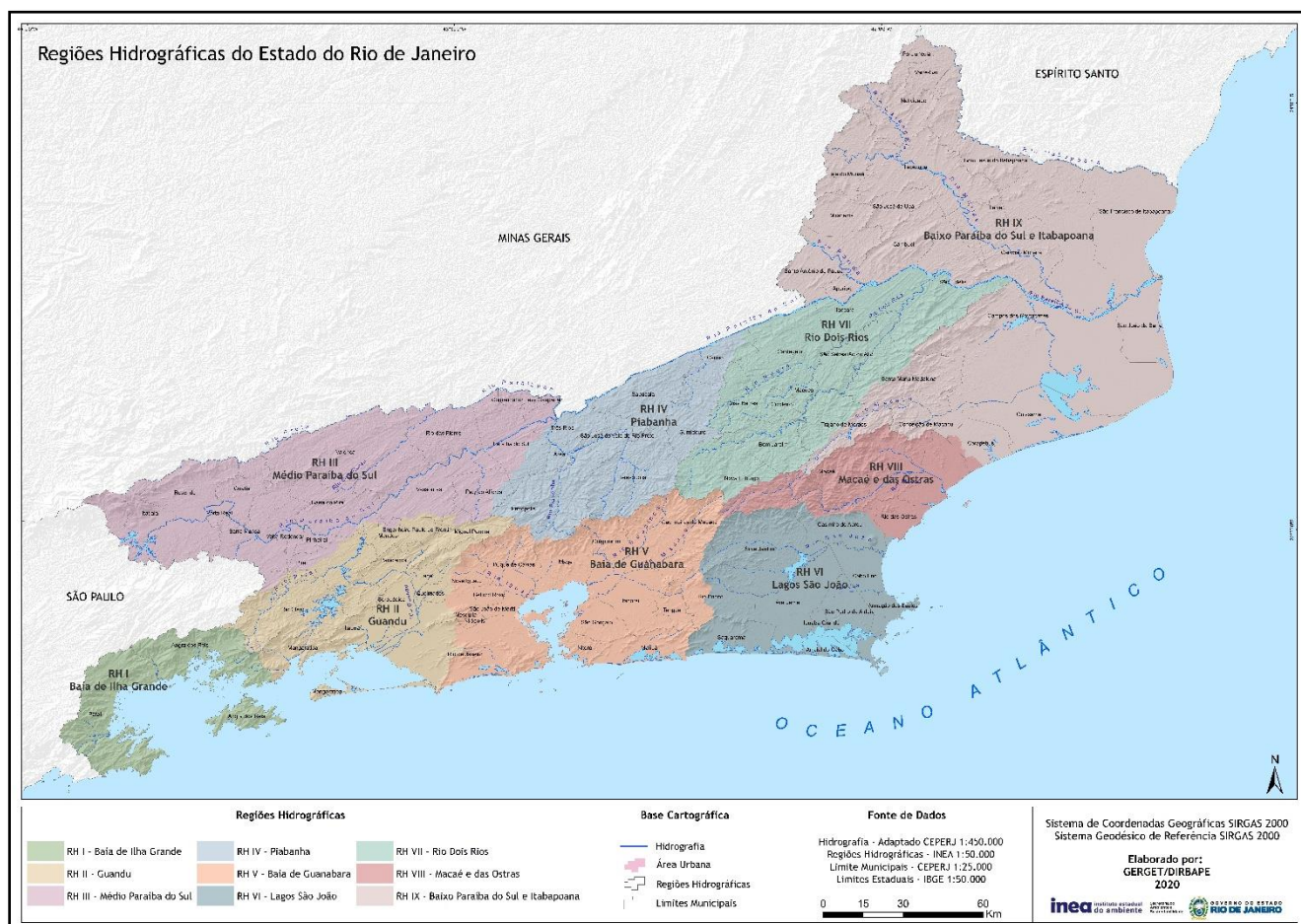


Figura 1: Mapa das Regiões Hidrográficas no estado do Rio de Janeiro

2 OBJETO E LOCALIDADE

O objeto do presente edital é a complementação da execução de serviços de recuperação ambiental das margens dos corpos hídricos, com a criação de áreas de lazer e de atividade física, e proteção das margens, a fim de proporcionar o bem-estar e o convívio socioambiental.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

2.1 Da Descrição do Objeto

Os produtos cotados deverão atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

Objeto da demanda, segundo o catálogo de matérias e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com a seguinte descrição:

CÓDIGO SIGA	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA
0158.001.0003	ID-183192	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SERVIÇO

2.2 Da Localidade

As regiões hidrográficas foram organizadas em conjuntos para otimizar a execução dos serviços e promover uma regionalização das frentes de atuação. Dessa forma, o presente edital foi dividido em SEIS, dando origem a seis contratos distintos, a saber:

ITEM	CONTRATO	REGIÃO HIDROGRÁFICA
1	Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos localizados nas Regiões Hidrográficas da Baía de Ilha Grande (RH I) e Guandu (RH II) - Estado do Rio de Janeiro – LOTE 1	Regiões Hidrográficas I e II



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

2	Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos localizados na Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (RH III) - Estado do Rio de Janeiro – LOTE 2	Região Hidrográfica III
3	Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos localizados nas Regiões Hidrográficas de Piabanha (RH IV) e Rio Dois Rios (RH VII) - Estado do Rio de Janeiro – LOTE 3	Regiões Hidrográficas IV e VII
4	Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos localizados nas Regiões Hidrográficas Lagos São João (RH VI) e Macaé e Das Ostras (RH VIII) - Estado do Rio de Janeiro – LOTE 4	Regiões Hidrográficas VI e VIII
5	Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos localizados na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RH V) - Estado do Rio de Janeiro – LOTE 5	Região Hidrográfica V
6	Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos localizados na Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (RH IX) - Estado do Rio de Janeiro – LOTE 6	Região Hidrográfica IX

A definição das regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro foi estabelecida pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nº 107 de 22 de maio de 2013.

A RH I - Região Hidrográfica da Baía de Ilha Grande (Figura 2), compreende os municípios de Paraty e Angra dos Reis em suas totalidades e parcialmente o município de Mangaratiba, sendo considerada a Região com maior índice pluviométrico médio anual do



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Estado. As principais bacias hidrográficas são: bacias contribuintes à baía de Paraty, bacia do rio Mambucaba, bacias contribuintes à enseada de Bracuí, bacia do Bracuí, bacias contribuintes à bacia da Ribeira, bacias da Ilha Grande e bacia do rio Conceição de Jacareí.

Com uma superfície aproximada de 2.356 km², a RH I (RHBIG) reúne todas as terras continentais e insulares cujas drenagens tem como ponto final a Baía de Ilha Grande, sendo formada por um conjunto de dezenas de bacias hidrográficas independentes, de distintos tamanhos, o que lhe dá um aspecto peculiar.

O rio Mambucaba, devido ao seu porte, destaca-se na bacia. Além dele, merecem destaque os rios Jacuecanga, Japuíba, do Pontal, Jurumirim, Bonito, Ariró, Bracuí, Grataú, da Conceição, Japetinga, do Funil, de Barra Grande, Pequeno, Perequê-Açu, do Morisco, dos Meros e Parati-Mirim.

A RH II – Região Hidrográfica Guandu (Figura 2) compreende os municípios de Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica em suas totalidades e parcialmente os municípios de Barra do Piraí, Mangaratiba, Mendes, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Piraí, Rio Claro, Rio de Janeiro e Vassouras. As principais bacias hidrográficas são Bacia do Santana, Bacia do São Pedro, Bacia do Macaco, Bacia do Ribeirão das Lajes, Bacia do Guandu (Canal São Francisco), Bacia do Rio da Guarda, Bacias Contribuintes à Represa de Ribeirão das Lajes, Bacia do Canal do Guandu, Bacia do Guandu-Mirim, Bacias Contribuintes ao Litoral de Mangaratiba e de Itacurussá, Bacia do Mazomba, Bacia do Piraquê ou Cabuçu, Bacia do Canal do Itá, Bacia do Ponto, Bacia do Portinho, Bacias da Restinga de Marambaia, Bacia do Piraí.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM



Figura 2: Regiões Hidrográficas RH I e RH II e divisão administrativa dos municípios incluídos nas regiões hidrográficas.

A RH III - Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul (Figura 3) compreende os municípios: Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores, C. Levi Gasparian em suas totalidades e parcialmente os municípios de Mendes, Rio Claro, Piraí, Barra do Piraí, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul e Três Rios. As principais bacias hidrográficas são a do rio Preto e curso Médio Superior do rio Paraíba do Sul.

A bacia em questão apresenta uma área de aproximadamente 6.517 km², onde vivem cerca de 943.164 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE de julho de 2006.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM



Figura 3: Região Hidrográfica RH III e divisão administrativa dos municípios incluídos na região hidrográfica.

A RH IV – Região Hidrográfica Piabanha (Figura 4) compreende os municípios de Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis em suas totalidades e parcialmente os municípios de Carmo, Petrópolis, Paraíba do Sul, Três Rios e Paty do Alferes. As principais bacias hidrográficas são as da margem direita do Médio Inferior do Paraíba do Sul, bacia do Piabanha, sub-bacias dos rios Paquequer e Preto.

A RH VII – Região Hidrográfica Dois Rios (Figura 4) compreende os municípios de Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, São Sebastião do Alto e Itaocara em suas totalidades e parcialmente os municípios Carmo, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São Fidélis. As principais bacias hidrográficas são: bacia do Rio Negro e Grande/Dois Rios, bacia do Ribeirão do Quilombo, Bacia do Ribeirão das Areias, Bacia do Rio do Colégio.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

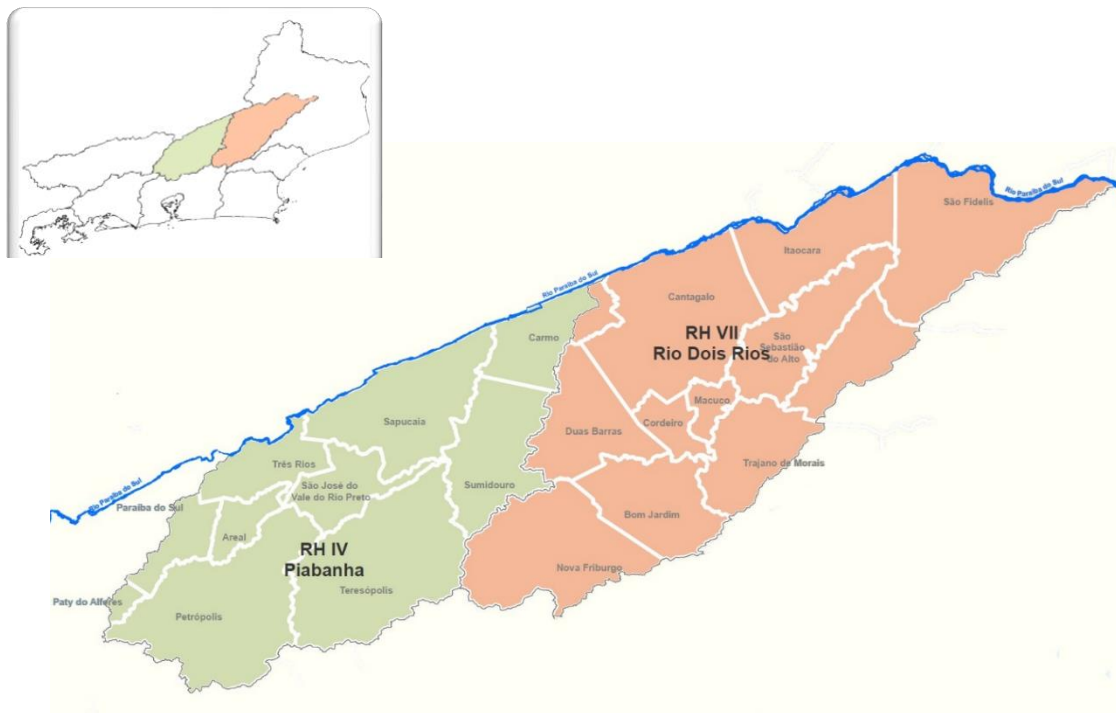


Figura 4: Regiões Hidrográficas RH IV e RH VII e divisão administrativa dos municípios incluídos na regiões hidrográficas.

A RH VI – Região Hidrográfica Lagos São João (Figura 5) compreende os municípios de Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim em suas totalidades e parcialmente os municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Maricá, Rio Bonito e Rio das Ostras. As principais bacias hidrográficas são: Bacia do São João, Bacia do Una, Bacia do Canal dos Medeiros, Bacias Contribuintes ao Complexo Lagunar de Saquarema, Jacaré e Araruama, Bacias do Litoral de Búzios.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

A RH VIII - Região Hidrográfica Macaé e das Ostras (Figura 5) compreende o município de Macaé em sua totalidade e parcialmente os municípios Carapebus e Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio das Ostras. As principais bacias hidrográficas são: Bacia do Jundiá, Bacia do Macaé e Bacia do Imboacica.

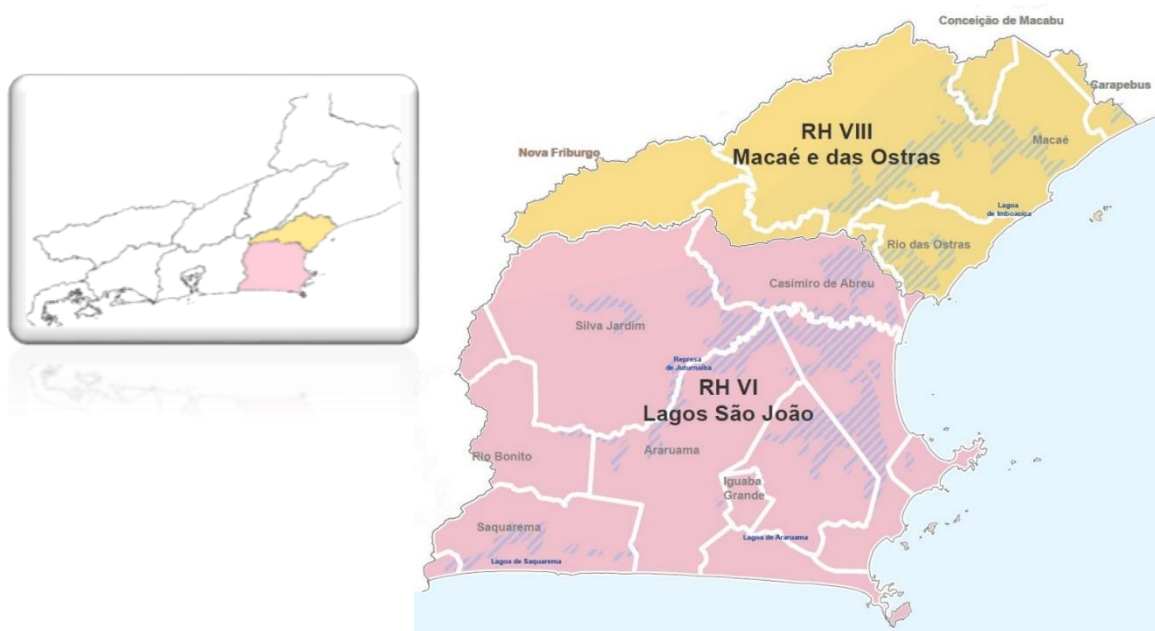


Figura 5: Regiões Hidrográficas RH VI e RH VIII e divisão administrativa dos municípios incluídos na regiões hidrográficas.

A RH V – Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (Figura 6) abrange por completo os territórios dos municípios de Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Tanguá, Niterói, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti e Nilópolis e parcialmente os territórios dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Maricá, Nova Iguaçu, Rio Bonito, Petrópolis e Rio de Janeiro.

A população residente nos núcleos urbanos localizados das sedes municipais da RH V é de 10.047.803 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010. Nesta região hidrográfica, onde se concentra cerca de metade da população do estado do Rio de Janeiro, os núcleos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

urbanos são densamente povoados. Nas áreas mais urbanizadas, como as do município do Rio de Janeiro, os rios são canalizados, alternando trechos a céu aberto com trechos em galeria.

A Região Hidrográfica da Baía de Guanabara é a que possui maior número de locais críticos vulneráveis a inundações, um total de 152 locais. No período 2000-2012 houve 79 ocorrências com inundações, que deixaram 108.149 pessoas fora de casa e 271 mortas, somando-se os totais dos dois grupos de desastres.



Figura 6: Região Hidrográfica RH V e divisão administrativas dos municípios incluídos na região hidrográfica.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

A RH IX – Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Figura 7) compreende os municípios de Quissamã, São João da Barra, Cardoso Moreira, Italva, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubã, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Natividade, Miracena, Laje do Muriaé, Bom Jesus do Itabapoana, São Francisco do Itabapoana, Porciúncula e Varre-Sai em sua totalidade e parcialmente os municípios Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes e São Fidélis.

As principais bacias hidrográficas são: Bacia do Muriaé, Bacia do Pomba, Bacia do Pirapetinga, Bacia do Córrego do Novato e Adjacentes, Pequenas Bacias da Margem Direita e Esquerda do Baixo Paraíba do Sul, Bacia do Jacaré, Bacia do Campelo, Bacia do Cacimbas, Bacia do Muritiba, Bacia do Coutinho, Bacia do Grussaí, Bacia do Iquipari, Bacia do Açú, Bacia do Pau Fincado, Bacia do Nicolau, Bacia do Preto, Bacia do Preto Ururaí, Bacia do Pernambuco, Bacia do Imbé, Bacia do Córrego do Imbé, Bacia do Prata, Bacia do Macabu, Bacia do São Miguel, Bacia do Arrozal, Bacia da Ribeira, Bacia do Carapebus, Bacia do Itabapoana, Bacia do Guaxindiba, Bacia do Buena, Bacia do Baixa do Arroz, Bacia do Guriri.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM



Figura 7: Região Hidrográfica RH IX e divisão administrativa dos municípios incluídos na regiões hidrológicas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

3 JUSTIFICATIVA

O INEA, no exercício de suas atribuições institucionais¹ de executar as políticas estaduais voltadas a preservação do meio ambiente, notadamente na gestão de recursos hídricos, adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado, realiza inúmeras intervenções com objetivo de prevenir, ou mitigar danos ambientais, de preservar os ecossistemas e do bem estar social.

A necessidade urgente de melhorar a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas e, diante das ocupações irregulares nas faixas marginais de proteção (FMP), levou este instituto a buscar soluções para reduzir, e em alguns casos, eliminar o descarte de lixo nos rios.

Na primeira etapa o INEA faz a limpeza e desobstrução manual e mecânica dos corpos hídricos, que trará benefícios diretos e indiretos para a população, entre eles:

- Redução de ocorrências de enchentes e, conseqüentemente, o risco de inundação da comunidade, reduzindo a proliferação de vetores e casos de doenças por veiculação hídrica, como a leptospirose;
- Redução de perda patrimonial e de bens duráveis, que são casos comuns quando há ocorrência de grandes chuvas de verão nas cidades, em especial nas comunidades de baixa renda, que são as mais expostas às mudanças climáticas por ocuparem terrenos inadequados;
- Eliminação de pontos viciados de descarte de lixo, usando integrar ações do estado com as prefeituras.

Nessa segunda etapa, trata-se de contratação de serviços de engenharia comum, prestado de forma contínua, para recuperação ambiental às margens dos corpos hídricos,

¹ Lei nº 5101 de 04 de outubro de 2007



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

criando áreas de lazer, atividade física, proteção das margens, paisagismo e revegetação da área, a fim de proporcionar o bem-estar e o convívio socioambiental.

A contratação pretendida justifica-se na necessidade de um planejamento ordenado e adequado das ações/atividades aqui descritas, garantindo-a prevenção ou mitigação de danos ambientais, e preservação dos ecossistemas e do bem estar social.

A natureza continuada dos serviços justifica-se pois, o objeto aqui disposto, tem como um dos objetivos ser uma atividade suplementar e posterior às ações executadas nos Contratos especificados no Item 4 deste TR.

Além disso, está em processo de licitação “SERVIÇO DE DESASSOREAMENTO E LIMPEZA DOS CORPOS HÍDRICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”, que tem como objeto fornecimento de máquinas e veículos, Processo SEI-070002/015404/2022, e que é caracterizado como serviço de natureza continuada.

4 ESTUDOS, PROJETOS, SERVIÇOS E OBRAS ANTECEDENTES

A CONTRATADA deverá ter total domínio do “Estatuto da Cidade” e dos respectivos Planos Diretores e principais leis ambientais e leis relacionadas ao ordenamento do uso e ocupação do solo referente ao município de Rio de Janeiro - RJ.

Além do amplo espectro de serviços já desenvolvidos, serviços executados e obras implantadas pela Diretoria de Recuperação Ambiental – DIRRAM, abaixo segue a relação dos contratos em andamento da primeira etapa, cujo objeto são similares ou que guardam relação com o local das intervenções a serem realizadas:

- **Contrato nº 23/2022 – INEA – SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MANUAL DE CURSOS D'ÁGUA LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DA BAÍA DA ILHA GRANDE (RH I) E GUANDU (RH II) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTE 1.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- **Contrato nº 24/2022 – INEA** – SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MANUAL DE CURSOS D'ÁGUA LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL (RH III) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO- LOTE 2.
- **Contrato nº 25/2022 – INEA** - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MANUAL DE CURSOS D'ÁGUA LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DE PIABANHA (RH IV) E RIO DOIS RIOS (RH VII) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTE 3.
- **Contrato nº 26/2022 – INEA** – SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MANUAL DE CURSOS D'ÁGUA LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DA BAÍA DE GUANABARA (RH V) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTE 4.
- **Contrato nº 27/2022 – INEA** – SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MANUAL DE CURSOS D'ÁGUA LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS LAGOS SÃO JOÃO (RH VI) E MACAÉ E DAS OSTRAS (RH VIII) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTE 5.
- **Contrato nº 28/2022 – INEA** – SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MANUAL DE CURSOS D'ÁGUA LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA (RHIX) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTE 6.

5 ESCOPO DOS SERVIÇOS

As ações a seguir, fazem parte do objeto descrito neste Termo de Referência, porém não se limitam, devendo a CONTRATADA proceder todos os serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

➤ **Serviços Preliminares**

- Levantamentos Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral
- Serviços de Sondagem
- Diagnóstico e Caracterização dos Locais de Execução dos Serviços

➤ **Execução dos Serviços**

- Locação das intervenções
- Proteção das Margens
- Recomposição das Instalações Hidrossanitárias
- Rede de Drenagem
- Recomposição de Pavimentação das Vias
- Urbanização (Espaços Padrões)
 - Instalação de Mobiliários urbanos
 - ✚ Mesas de pic nic e bancos
 - ✚ Brinquedos infantis
 - ✚ Equipamentos de ginástica
 - ✚ Quadras de esportes
 - ✚ Pista de skate
 - ✚ Bicicletários
 - Cercamento das áreas
 - Instalação de guarda-corpos
 - Pavimentação
 - Paisagismo
 - Iluminação Pública
 - Sinalização Horizontal

➤ **As Built, como construído**

- Conjunto de desenhos representativos de como efetivamente foram executados os serviços, incluindo eventuais modificações necessárias.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

6 SERVIÇOS PRELIMINARES

Os serviços preliminares referem-se aos serviços de campo, escritório e laboratório fundamentais como subsídio as atividades pertinentes à implantação dos serviços.

6.1 Levantamentos Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral

A CONTRATADA deverá apresentar e aprovar junto a FISCALIZAÇÃO o planejamento dos levantamentos necessários, inclusive a aprovação do espaçamento entre as seções transversais que deverão ser feitas a partir do lançamento de linhas poligonais, com nivelamento e contra nivelamento, abrangendo perfil dos terrenos marginais, com largura mínima de 20m em cada margem, devendo ser prolongadas, conforme exigência da FISCALIZAÇÃO. O espaçamento padrão pode ser alterado para devida caracterização de trechos canalizados, confluências, galerias de drenagem com não menos de 1,00m de diâmetro e estreitamentos da calha, como os causados por construções, pontes ou travessias em geral.

No levantamento das seções transversais, a posição e a cota de todos os pontos de interesse deverão ser indicadas, incluindo cota do terreno ao longo das seções, mostrando as margens do curso d'água, a batimetria do fundo do mesmo e das valas paralelas, quando existirem, diques ou aterros, incluindo base e topo dos barrancos, e, nas áreas urbanizadas, as soleiras das casas, a pista de rolamento e respectivos meios fios ou guias dos logradouros, etc. Também devem ser medidas as cotas de pontos atingidos pelas águas por ocasião das inundações e as datas de suas ocorrências, quando estas informações estiverem disponíveis.

Nos locais das pontes e demais interferências no trecho, deverão ser levantadas em detalhe que permita conhecer a seção do canal, incluindo seu fundo, no caso de pontes, o vão e a cota da base das vigas, as dimensões dos pilares e o perfil longitudinal da pista de rolamento. Devem ser incluídas neste levantamento a localização, a cota e a seção das



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

bocas das galerias de drenagem e das valas que deságuam no curso d'água, com não menos de 1,00m de largura de fundo ou diâmetro.

Ao final dos levantamentos deve ser apresentado um relatório contendo todos os dados, com descrição dos trabalhos realizados, do procedimento de cálculo adotado, incluindo planilha de cálculo das poligonais, e o cadastro de cada marco, incluindo a descrição de sua materialização, seus croquis, a amarração em relação aos acidentes mais próximos, e suas coordenadas UTM e cota, a fim de permitir sua localização, identificação, reconstituição e utilização.

Acompanhará o relatório:

- Memorial descritivo com todos os dados e descrição dos trabalhos realizados, o cadastro de cada marco com a descrição de sua materialização, seus croquis, a amarração em relação aos acidentes mais próximos, e suas coordenadas UTM e cota, a fim de permitir sua localização, identificação, reconstituição e utilização; a metodologia aplicada, equipamentos empregados e resultados obtidos no levantamento dos serviços da área levantada.
- Planta de situação das áreas e faixas levantadas, em cópia de mapas existentes em escala adequada;
- Planta, em escala adequada, com todos os elementos levantados da área a ser urbanizada e na calha do trecho do rio, com a nomenclatura dos logradouros, constando também a cota dos pontos levantados, as poligonais e as seções levantadas, com reticulado de coordenadas UTM;
- Desenhos das seções transversais com todos os elementos levantados e em escala adequada;
- Desenhos das seções das pontes e interferências em escala adequada;
- Desenho dos perfis longitudinais de cada uma das margens e do fundo dos canais, em escala adequada.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Os **levantamentos planialtimétricos e cadastrais** deverão ser realizados para a área a partir do lançamento da Poligonal de Estudo para fins de subsidiar a implantação dos serviços.

Estes serviços contratados têm por finalidade a elaboração de plantas topográficas em ambiente CAD contendo as informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços, a materialização das áreas de proteção permanente e a materialização de marcos para delimitação das áreas de FMPs e a futura implantação dos serviços. Compreendem o escopo dos serviços:

- Implantação de Pontos de Apoio Geodésicos (marcos de concreto com chapas metálicas). Os marcos de referência de nível (RN) deverão ser implantados com coordenadas e cotas conhecidas, a fim de facilitar a amarração dos serviços a serem realizadas;
- Transporte de Coordenadas Plano-Retangulares - sistema UTM – DATUM SIRGAS-2000. Os transportes de coordenadas, a partir de pontos de apoio básico, executados, normalmente, através de poligonais e irradiações estadimétricas, baseados em cálculos segundo critérios topográficos;
- Levantamento Topográfico Planialtimétrico - Deverão ser apresentadas relatórios dos levantamentos topográficos dos locais referentes aos levantamentos executados. Os relatórios deverão ser apresentadas no sistema UTM, com coordenadas coerentes com as adotadas pelo IBGE.

Os serviços constantes do **levantamento topográfico** deverão observar as Normas Técnicas Brasileiras, e serão executados segundo as especificações seguintes:

- Locação do eixo do canal;
- Estaqueamento a cada 20m;
- Nivelamento e contranivelamento do eixo de locação;
- Amarração RNs;
- Fechamento da Poligonal e respectivos elementos complementares;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

O cadastramento de todas as interferências existentes é um fator de extrema importância para a elaboração dos levantamentos e à logística da implantação dos serviços bem como para a definição das sequências e ritmos construtivos.

Os equipamentos e métodos a serem empregados em eventuais identificações de interferências deverão ser escolhidos de forma a garantir a integridade dessas interferências durante os trabalhos, possibilitando o seu funcionamento até o momento de sua sustentação ou relocação e, em especial, a integridade da equipe de execução do serviço.

O relatório cadastral deverá ser composta por:

- Curvas de níveis com elevação e devidamente cotadas, com referência ao nível do mar, de 1 (um) em 1 (um) metro;
- Indicação do norte magnético e legenda;
- Representação de coordenadas de 100 em 100m;
- Representação da articulação quando for necessária

6.2 Serviços de Sondagens

As características geológicas deverão ser levantadas, buscando reconhecimento das fragilidades e virtudes da região. O reconhecimento das características do subsolo da área de intervenção deverá ser feito através de investigações geotécnicas conforme a necessidade técnica das soluções desenvolvidas se apresente.

Para a realização das sondagens, deverá ser elaborado um Plano de Sondagem, que será submetido à aprovação do CONTRATANTE. Este levantamento tem como objetivo principal, determinar um provável perfil geotécnico, avaliando as características dos solos onde deverão ser implantadas as soluções adotadas nas alternativas.

As SONDAGENS À PERCUSSÃO, com medidas SPT, e as SONDAGENS ROTATIVAS, serão determinadas de acordo com o tipo de intervenção executada e onde se fizer necessário, seguindo a norma ABNT, sendo obrigação da CONTRATADA, em caso de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

divergência com os critérios estabelecidos, informar a FISCALIZAÇÃO antes do início da realização dos serviços.

Os resultados das investigações geotécnicas deverão ser apresentados em um relatório contendo, além de descritivo:

- Planta de locação dos furos de sondagem, em escala adequada, destacando-se as coordenadas e cotas georreferenciadas dos furos;
- Boletins de perfuração com os perfis de sondagem, indicando: a cota da boca do furo e de cada camada, a profundidade dos ensaios, nível do lençol d'água, interpretação do perfil e gráfico dos resultados;
- Relatório contendo o Memorial Descritivo/Fotográfico e justificativo, incluindo parecer técnico sobre os resultados.

6.3 Diagnóstico e Caracterização dos Locais de Execução dos Serviço

Antes do início dos serviços a CONTRATADA precisará fazer vistoria para identificar alguns parâmetros dos trechos dos corpos hídricos que sofrerão intervenção, como abaixo discriminados:

➤ **Caracterização física do corpo hídrico**

- Mapa da intervenção (apresentada com coordenadas em arquivo KMZ);
- Largura da Calha;
- Largura, altura e inclinação das margens;
- Extensão dos trechos (distinguindo calha, margem esquerda e direita);

➤ **Caracterização operacional do serviço**

- Largura e como será a ocupação das áreas de trabalho adjacente às margens;
- Tipo de equipamento e ferramenta a ser utilizado em cada local de serviço;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- Diagnosticar os trechos dos rios que necessitam contenção e proteção das margens;
- Diagnosticar os locais possíveis de urbanização;
- Cronograma físico de execução dos serviços de cada local de serviço.

6.4 Relatórios de Acompanhamento da Atividades

Os Relatórios de Acompanhamento das Atividades, será emitido pela CONTRATADA, após cada etapa de execução dos serviços, para que sejam atestados pela FISCALIZAÇÃO do INEA, que aprovados, deverão conter medições, notas fiscais, boletins, relatórios fotográficos e memórias de cálculos.

7 APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

7.1 Aspectos Gerais

Os relatórios, desenhos, memoriais etc., deverão obedecer às unidades do Sistema Métrico Internacional. Havendo necessidade de serem adotadas outras unidades, os valores expressos serão indicados entre parênteses, ao lado da correspondente Unidade Oficial.

A CONTRATADA deverá exercer controle de qualidade a respeito das informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, visando clareza, objetividade, consistência das informações e justificativas de resultados, isentos de erros de português e de digitação, de modo a refletir seu padrão de qualidade.

Quando os cálculos forem efetuados com auxílio de software específico, a CONTRATADA fornecerá os detalhes do programa utilizado, dados de entrada e resultados obtidos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Antes da entrega da versão final, A CONTRATADA deverá apresentar na data prevista para cada relatório/produto uma versão preliminar em meio digital, no formato “pdf”, que deve ser encaminhada a FISCALIZAÇÃO, para análise e aprovação.

Com a aprovação final dos produtos pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá emitir os produtos aprovados, devidamente assinados e em meio digital, com os arquivos em pdf e no programa original.

7.2 Emissão dos Relatórios

Os relatórios, referentes aos Projetos, objeto do presente Termos de Referência, devem ser apresentados, considerando a descrição abaixo:

- **R-01 - Relatório dos Serviços de Campo;**
 - Levantamentos Topográficos, Planialtimétrico e Cadastral;
 - Serviços de Sondagem
 - Diagnóstico e Caracterização dos Locais de Execução dos Serviço
- **R-02 - Relatórios de Acompanhamento das Atividades**
- **R-03 - As Built da Implantação**

Os relatórios finais devem ser apresentados considerando as seguintes diretrizes:

- a. Conter a equipe de acompanhamento/FISCALIZAÇÃO e a equipe técnica que trabalhou na elaboração dos serviços.
- b. Para a apresentação definitiva dos Projetos os relatórios de cada Atividade deverão ser entregues após a aprovação, pela FISCALIZAÇÃO, de todas as minutas e constituirá dos documentos produzidos, textos e desenhos, em 1 (uma) via impressa e 2 (duas) vias digitais (Paindrive), em PDF e no seu formato original, que permita a sua edição. Os arquivos devem vir assinados e carimbados pelo responsável técnico da empresa, nos formatos impresso e digital.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- c. Os desenhos e os memoriais descritivos deverão conter o carimbo padrão, além da numeração INEA, conforme indicado a seguir:

AAA-BBBB-CCC-DDD-EFFF-GHHH-II, onde,

AAA = Sigla da Diretoria = DIRRAM = DRM

BBBB = Bacia de Estudo

CCC = Município

DDD = Identificação do Projeto

E = Etapa = Geral = 0

FFF = Emitente

G = Atividade Principal = Conforme indicado na Tabela 01.

HHH = Sequencial Numérico, composto por 3 dígitos

II = Tipo de Documento = Conforme Tabela 02.

Tabela 1 - Atividade Principal

Tab 2 - Tipo de Documento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

SIGLA	DESCRIÇÃO
A	ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO
B	TOPOGRAFIA E AEROFOTOGRAMETRIA
C	GEOLOGIA, GEOTECNIA E TERRAPLENAGEM
D	DRENAGEM E DRAGAGEM
E	ESTRUTURAS DE AÇO E CONCRETO
F	TRÁFEGO
G	PROJETO GEOTÉCNICO E GEOMÉTRICO
H	INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E SANITÁRIA
I	ILUMINAÇÃO, INSTALAÇÃO ELÉTRICA
J	GERENCIAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE
K	PROJETO HIDRÁULICO
L	SERVIÇO DE ENGENHARIA LEGAL
M	OBRAS COMPLEMENTARES
N	PAVIMENTO
O	CONTROLE DE QUALIDADE
P	SINALIZAÇÃO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA
Q	PROJETOS E CONTROLES AMBIENTAIS
R	ESTUDOS DE VIABILIDADE
S	ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS
T	TRABALHO SÓCIO-AMBIENTAL
U	ASSUNTOS DIVERSOS
V	SISTEMA VIÁRIO
X	Rede Esgoto
Y	Estação de Tratamento de Esgoto

SIGLA	DESCRIÇÃO
AA	RELATÓRIO DE AUDITORIA AMBIENTAL
AB	AS BUILT
AD	ARQUIVO DIGITAL
AT	ATAS
AP	APRESENTAÇÕES/VIDEOS/FILMES
CO	CORRESPONDÊNCIA
CR	CRONOGRAMA
CT	CONTRATOS
DE	DESENHOS
DO	DIÁRIO DE OBRAS
EC	ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES
ED	EDITAL
ES	ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇO
ET	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
FT	FOTOGRAFIAS
GR	GUIA DE REMESSA DE DOCUMENTOS
IT	INSTRUÇÃO TÉCNICA
LE	LISTA DE EQUIPAMENTOS
LD	LISTA DE DOCUMENTOS
LM	LISTAS DE MATERIAIS
MA	MANUAIS
MC	MEMÓRIA DE CÁLCULO
MD	MEMORIAL DESCRITIVO
ME	MEDIÇÕES
MP	MAPA
NP	NORMAS E PROCEDIMENTOS
NT	NOTA TÉCNICA
OR	ORÇAMENTO
OS	ORDEN DE SERVIÇO
PP	PLANILHAS DE PREÇOS
PR	PROGRAMAÇÕES
PS	PROCESSOS
PT	PROPOSTAS
RT	RELATÓRIO TÉCNICO
RA	RELATÓRIO DE ANDAMENTO
RG	RELATÓRIO GERENCIAL
RP	RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO
RC	RELATÓRIO DE CONTROLE DE CUSTOS
RS	RELATÓRIO TÉCNICO DE SOLOS E GEOTECNIA
RD	RELATÓRIO TÉCNICO DE SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO
RE	RELATÓRIO TÉCNICO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO

8 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

As atividades a seguir integram parte do objeto, porém não se limitam, devendo a CONTRATADA proceder todos os serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

8.1 Diretrizes Gerais

A implantação das intervenções deverá atender às seguintes diretrizes básicas:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- As intervenções serão implantadas em conformidade com a legislação brasileira, Normas Técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, Técnicas, Normas existentes do DER-RJ, Resolução SEA nº 216, diretrizes estabelecidas pelo INEA e demais diretrizes estabelecidas pela respectiva Legislação Municipal. Quando essas forem omissas será permitida a utilização de normas estrangeiras ou métodos consagrados pelo uso, após devidamente aprovados pelo INEA;
- A CONTRATADA deverá valer-se basicamente dos dados constantes de trabalhos existentes ou de outras fontes dignas de crédito. Todo dado utilizado deverá ter sua fonte perfeitamente identificada. Caso encontre lacunas, a CONTRATADA deverá prever a maneira de preenchê-las, seja buscando outras fontes, seja adotando hipóteses simplificadoras. No segundo caso, a CONTRATADA deverá propor uma forma de se obter esses dados no futuro e aferir as hipóteses adotadas;
- Todos os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, obedecendo fielmente às determinações do Projeto Executivo, do Memorial Técnico e da CONTRATANTE. Para que a implantação das intervenções seja efetuada com eficácia é indispensável que sejam executadas de acordo com o Projeto Executivo, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá realizar o acompanhamento técnico da obra e efetuar a direção técnica com os seguintes objetivos:

- Ajuste, adequação, complementação e programação e ensaios;
- Verificar e atender a conformidade com o projeto;
- Verificar o atendimento das especificações;
- Desenvolver ou complementar as Especificações Técnicas;
- Execução de relatórios de visita e de acompanhamento;
- Abertura e manutenção de um diário de serviços, devidamente assinado pelo representante da Contratada e da Fiscalização do Inea;
- Orientação, verificação e liberação dos serviços topográficos e de controle tecnológico;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- Assumir a responsabilidade de execução dos Serviços.

8.1.1 Normas de Referência

Na execução dos serviços deverão ser adotadas as Normas (NB), Especificações (EB) e Métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas atualmente em vigor. No caso de materiais não normatizados pela ABNT, poderão ser adotadas Normas, Especificações e Métodos da ASTM – American Society for Testing and Materials ou outra equivalente, desde que com aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO.

Dentre outras as seguintes normas deverão ser observadas:

- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- ABNT NBR 5101- Iluminação pública – procedimento;
- ABNT NBR 6484 - Execução de sondagens de simples reconhecimento dos solos;
- ABNT NBR 6497 - Levantamento Geotécnico;
- ABNT NBR 8964 - Arame de aço de baixo teor de carbono, zincado, para gabiões.
- ABNT NBR-9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 9061 - Segurança de escavações a céu aberto;
- ABNT NBR 13133 – Execução e Levantamento Topográfico;
- ABNT NBR 15953 - Pavimento intertravado com peças de concreto – Execução;

8.2 Controle Ambiental e Resolução SEA N° 216

No detalhamento e especificações do Estudo Prévio de Execução e durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá atender aos critérios dispostos na Resolução INEA n° 216, cujo objetivo, entre outros, é o de estimular a diminuição dos impactos ambientais gerados pela construção civil, através do uso racional dos recursos naturais e implantação de critérios de eficiência energética.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

A CONTRATADA deverá atender as Normas ambientais expressas nas legislações Federal e Estadual. Os procedimentos de controle ambiental referem-se à proteção de corpos d'água, da vegetação lindeira e à segurança viária, de forma a minimizar os impactos ocasionados durante a execução dos serviços.

A seguir são apresentados os principais cuidados e providências para proteção do meio ambiente a serem observados no decorrer da prestação do serviço, porém não se limitando:

- Minimizar os distúrbios à população e/ou usuários na vizinhança da edificação;
- Não é permitida a queima do material removido;
- Utilizar a mínima quantidade de energia e água na implantação do serviço;
- Gerar mínimo de resíduos e contaminação durante a execução dos serviços;
- Não provocar e reduzir impactos no entorno: paisagem, temperaturas e concentração de calor, sensação de bem-estar;
- Evitar, minimizar e controlar as emissões dos veículos e equipamentos e as emissões de poeira, odores e bioaerossóis durante o recebimento e a descarga.

8.3 Metodologia de Execução dos Serviços

Os serviços serão executados de acordo com a demanda a ser definida pelo INEA. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá coordenar a logística para realização dos serviços, planejando previamente as ações solicitadas pela Fiscalização.

As etapas relacionadas à execução dos serviços são:

- I. Recebimento e caracterização da demanda: a equipe de FISCALIZAÇÃO receberá do INEA, através da DIRRAM, indicação de necessidade de realização de determinado serviço, que poderá conter a identificação do solicitante, instrumento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

pelo qual foi realizada a solicitação (ofício, notificação, requisição, etc.), quando ocorrer essa situação, e a caracterização sucinta do problema;

- II. Inclusão da demanda na programação de atividades da CONTRATADA;
- III. Realização de vistoria para elaboração do “Diagnóstico e Caracterização dos Locais de Execução dos Serviço”;
- IV. Elaboração do “Diagnóstico e Caracterização dos Locais de Execução dos Serviço
- V. Aprovação do “Diagnóstico e Caracterização Locais de Execução dos Serviço, por parte da FISCALIZAÇÃO;
- VI. Emissão de Ordem de Serviço por parte da comissão de FISCALIZAÇÃO, com antecedência mínima de 48 horas, especificando local, horário e a descrição dos serviços;
- VII. Realização do serviço;
- VIII. Aferição, avaliação e aceite dos serviços;
- IX. Inclusão no Relatório de Acompanhamento das Atividades, que irá embasar a medição e o respectivo pagamento dos serviços realizados.

8.4 Administração local

Compreende, dentre outros, as despesas para atender às necessidades dos serviços com todo o corpo técnico e administrativo e de apoio dimensionado para execução dos serviços. Deverá ser apresentado “Relatório de Acompanhamento das Atividades”, juntamente com a Medição.

8.5 Mobilização e Desmobilização

Compreende o conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início das atividades. Inclui-se a disponibilização das equipes técnicas envolvidas, o preparo no local



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

de todos os equipamentos, material e instalações necessárias à execução dos serviços contratados.

A CONTRATADA deverá iniciar a mobilização imediatamente após a Ordem de Início do contrato, de acordo com os prazos e necessidades estabelecidos no Cronograma e no planejamento executivo das instalações dos canteiros de serviços.

Os serviços de desmobilização consistirão na desmontagem e retirada de todos os equipamentos e estruturas de apoio, bem como a limpeza geral e reconstituição da área à situação original após a conclusão dos serviços.

8.6 Instalações Provisórias

Compreendem as instalações de natureza provisória, indispensáveis ao funcionamento do canteiro de serviços, de maneira a dotá-lo de funcionalidade, organização, segurança e higiene, durante todo o período em que se desenvolverá a execução dos serviços, em obediência à Norma NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção.

8.7 Tapumes

Os tapumes e outros meios de proteção e segurança serão executados conforme as recomendações da norma NR-18 da ABNT. Devem ser utilizados quando necessário, conforme aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Podem ser empregadas, sem solução de continuidade, dispostas de prumo e encostadas no solo, chapas de madeira compensada, tábuas ou chapas de metal.

A vedação lateral deve ser feita de maneira a impedir completamente a passagem de terra ou detritos. A sustentação vertical das chapas ou placas e a estabilidade do conjunto devem ser feitas por elementos de madeira ou metal.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

8.8 Placa de Identificação

A CONTRATADA será responsável por fornecer e instalar as placas devidas dos serviços a serem executados, em locais previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO, conforme legislação dos órgãos pertinentes, inclusive do INEA.

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações fornecidas pelo INEA. Deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas ou de madeira compensada impermeabilizada, em material resistente às intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas com pintura a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico pela sua durabilidade e qualidade.

As placas serão afixadas pela CONTRATADA, em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. A CONTRATADA será responsável por manter as placas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução dos serviços.

8.9 Trânsito e Sinalização

Deverá a CONTRATADA providenciar procedimentos de trânsito e sinalização horizontal e vertical visando a proteção de trabalhadores, usuários e transeuntes quando expostos a situações anormais na via pública junto ao acesso principal do parque.

Quando as intervenções se desenvolverem em vias e/ou áreas públicas deverá a CONTRATADA, proceder à execução de:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- Faixas de segurança para o livre trânsito de pedestres, especialmente junto a escolas, hospitais e outros polos de concentração, em perfeitas condições de segurança durante o dia e à noite;
- Proteção das vias de acesso fechadas ao trânsito com barreiras, com a devida sinalização e indicação de desvio, devendo, durante a noite, serem iluminadas e, em casos especiais, deverão ser postados vigias ou sinaleiros, devidamente equipados;
- Nos cruzamentos ou em outros locais onde não for possível utilizar desvios, o serviço deverá ser efetuado por etapas, de modo a não bloquear o trânsito.

A CONTRATADA deverá aprovar junto à Prefeitura local o esquema de trânsito provisório, indicando a necessidade de alterações quanto à mobilidade local. A padronização dos sinais e dispositivos de segurança de obras deve seguir obrigatoriamente a Legislação Municipal, tendo como principais objetivos advertir e informar os usuários, com a antecedência devida, sobre a ocorrência de anormalidades na via; canalizar com segurança o fluxo de tráfego, diminuindo assim o impacto causado sobre os usuários da via e evitando manobras conflitantes, além de delimitar o entorno do local da anormalidade.

Toda a área do canteiro deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos (externamente à obra), indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes. Para que a sinalização seja efetiva, devem ser considerados os seguintes fatores para os seus dispositivos: posicionamento dentro do campo visual do usuário; legibilidade das mensagens e símbolos; mensagens simples e claras; e padronização.

Deverá ser previsto mecanismo de segurança interna para controle e vigia das instalações, almoxarifados, portaria e disciplina interna, cabendo à CONTRATADA toda a responsabilidade por quaisquer desvios ou danos, furtos, decorrentes da negligência durante a execução das intervenções até a sua entrega definitiva.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Deverá ser implantada a sinalização horizontal, visando à segurança dos usuários, a ordenação e orientação do tráfego de veículos e pedestres nas áreas de intervenções, todos os procedimentos deverão seguir a Legislação Municipal e às Normas existentes do DER-RJ.

Deverá ser indicada toda a sinalização prevista para as áreas e vias públicas em planta e em detalhes, de forma que seja possível sua perfeita implantação, a limitação das áreas de estacionamentos.

8.10 Locação

A CONTRATADA deverá obedecer às referências topográficas para amarração dos serviços no que se refere aos alinhamentos e níveis a serem adotados, se referenciando aos marcos do IBGE. Será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a complementação da topografia necessária aos serviços.

Na locação dos serviços, deverão ser usados marcos de referência aprovados pela FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA será responsável pela delimitação das áreas de trabalho. A CONTRATADA deverá manter todos os marcos e estacas até que seja autorizada a remoção pela FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá aceitar as normas, métodos e processos determinados pela FISCALIZAÇÃO, no tocante a qualquer serviço topográfico, seja de campo, seja de escritório e relativos ao serviço.

Quaisquer divergências encontradas entre os elementos fornecidos e as condições locais deverão ser imediatamente comunicadas à FISCALIZAÇÃO. Aquelas que impliquem em modificações de serviços, devem ser aprovadas pela FISCALIZAÇÃO de modo a não provocar diminuições indesejáveis no ritmo da execução das intervenções. Os serviços de topografia serão executados com a precisão exigida em obra dessa natureza. As cadernetas de campo das turmas de topografia da CONTRATADA estarão sempre à disposição da FISCALIZAÇÃO.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Qualquer erro de locação cometido pela CONTRATADA, que possam ocasionar desvios e irregularidades na obra executada, obrigará a CONTRATADA a refazer a parte afetada da obra, sem qualquer ônus para o INEA.

A CONTRATADA deverá manter, mediante solicitação da FISCALIZAÇÃO, durante o expediente da obra e nas áreas de trabalho, topógrafos habilitados e auxiliares, devidamente equipados para as verificações que se fizerem necessários.

8.11 Limpeza e Preparo do Terreno

A atividade de limpeza e preparo do terreno será realizada nos locais selecionados para a recuperação ambiental.

A limpeza consiste na retirada de resíduos sólidos e vegetação das margens, e transportados até um ponto de transbordo a ser definido, onde será feito o carregamento dos caminhões que irá conduzir o material à área de destinação final. O preparo do terreno consiste no nivelamento para execução dos serviços de urbanização.

8.12 Movimento de Terra

Os serviços de movimento de terra da obra em questão englobam as escavações e reaterros para o nivelamento do terreno. As operações de aterro e reaterro compreendem a descarga, espalhamento, homogeneização, convenientemente umedecimento ou aeração e compactação. Os solos para aterro serão provenientes de áreas de cortes escavados, devidamente selecionadas. A responsabilidade civil e ética profissional pela qualidade, solidez e segurança da obra ou do serviço é da CONTRATADA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

8.13 Proteção das Margens

Os serviços de proteção das margens deverá ter como base nos dados obtidos nas sondagens e ensaios realizados, contemplando dimensões e material a ser utilizado no embasamento, inclinação e revestimento de taludes e fundo das escavações.

Uma das proposta de proteção dos taludes deverá ser conforme discriminado abaixo:

- Plantio de grama- utilizados para proteção superficial de taludes, consiste na implantação de grama em rolos, com finalidade de preservar as áreas expostas do talude, dando-lhes condições de resistência à erosão superficial. A fixação deverá ser feita através de ripas de madeiras ou bambu.

8.14 Recomposição das Instalações Hidrossanitárias

Os serviços de recomposição das redes hidrossanitárias deverão seguir normas e critérios de segurança, metodologias e especificações técnicas consagradas no mercado com o propósito de manter a sustentabilidade das redes existentes, pela CONTRATADA, bem como a boa qualidade dos serviços, buscando reduzir a sua vulnerabilidade durante a execução dos serviços.

Será de responsabilidade da CONTRATADA providenciar o material adequado para o reaterro. Todos os tubos e tubulações serão assentados conforme indicação e será feita a recomposição de toda pavimentação. O material proveniente da realização das etapas deverá ser descartado corretamente em local autorizado de responsabilidade da CONTRATADA.

Os danos às instalações existentes, cadastradas ou não, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que deverá tomar na execução dos serviços, os cuidados e precauções que se fizerem necessária para que seja evitadas avarias nestas instalações. Caberá à FISCALIZAÇÃO decidir se os remanejamentos serão provisórios (permanecendo,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

apenas, durante as obras no local) ou permanentes. A CONTRATADA deverá dar ciência às Concessionárias das avarias, para que possam acompanhar os serviços de recomposição.

As redes hidrossanitárias a ser recompostas serão do tipo convencional, constituída em tubos de PVC, ou do mesmo material existente, se a Concessionária assim exigir, devidamente assentado, e em todas as mudanças de direções nas redes deverão ser construídos poços de visita, caixas de passagens, etc...

8.15 Drenagem Superficial

Deverá ser executada a drenagem na área de urbanização necessária para a perfeita conclusão da solução adotada, avaliando também a necessidade de captação e dissipação de energia. O sistema constitui-se no conjunto de dispositivos necessários para o escoamento superficial das águas e proteção do serviço em questão. Dentre os dispositivos de drenagem, serão utilizadas sarjetas em concreto, descidas d'água, caixa coletora e outros.

8.16 Recomposição da Pavimentação das Vias

Deverá ser feita a recomposição do pavimento das vias adjacentes ao acesso às áreas de intervenções que sofram rupturas com a passagem de maquinários e veículos.

Deve ser definida a estrutura do pavimento capaz de suportar o tráfego de acordo com parâmetros de tráfego, subleito e dos materiais que constituirão o pavimento.

Durante todo o tempo de execução dos serviços, o local deverá ser devidamente sinalizado, os materiais e os serviços devem ser protegidos contra a ação destrutiva das águas pluviais, do trânsito e de outros agentes que possam danificá-los. É obrigação da CONTRATADA a responsabilidade desta conservação.

Antes de iniciar a distribuição do material betuminoso, a CONTRATADA deverá providenciar todos os elementos necessários para evitar que o material espargido atinja guias, sarjetas, guarda-rodas, calçadas, guarda-corpos, etc.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Os serviços de pavimentação consistem em:

- Execução de Base – a execução de camada de base de brita graduada, de acordo com a estrutura de pavimento local, obtido pela sondagem anterior. São designadas bases de brita graduada as bases constituídas exclusivamente de produtos de britagem; este tipo de base será executado pela mistura de materiais ou frações de materiais, na unidade dosadora de agregados. A mistura de agregados para base deve apresentar-se uniforme quando distribuídas no leito da rua; o espalhamento com motoniveladora será feito logo após o material ser colocado na pista com caminhão, em camadas ou leiras, após o espalhamento o agregado umedecido deverá ser compactado, por meio de rolos de pneus, vibratórios ou outros equipamentos;
- Imprimação - pintura de material betuminoso aplicada sobre a superfície da base excluída antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, com objetivo de promover condições da aderência entre a base e o revestimento e impermeabilizar a base. A área a ser imprimada deve se encontrar ligeiramente umedecida. A imprimação será realizada com caminhão espargidor, devidamente calibrado para execução dos serviços, o tráfego sobre áreas imprimidas só deve ser permitido depois de decorridas no mínimo 24 horas de sua aplicação e quando estiver convenientemente curado. A imprimação será executada com CM – 30 na taxa de 1,5 kg/m²;
- Revestimento asfáltico - O revestimento asfáltico deverá ser constituído de acordo com a estrutura de pavimento local, obtido pela sondagem anterior, com preparo de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.). O espalhamento da massa asfáltica deverá ser feito com vibro-acabadora e compactado com equipamento adequado (rolo pneumático e rolo metálico – liso).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

O piso das calçadas adjacentes ao acesso às áreas de intervenções que por ventura sofram rupturas com a passagem do maquinário e veículos, também devem ser recompostos, e será em concreto moldado em “in loco”, de acordo com a espessura do passeio já existente.

8.17 Urbanização

Os serviços de urbanização deverão ser implantados segundo 3 modelos propostos de Praças (Figura 8), que deverão se adequar às áreas definidas no Diagnóstico de Caracterização dos Locais de Execução dos Serviços, aprovadas pela Fiscalização.

Consistirão na implantação de áreas de convivência onde deverão ser dispostos bancos de concreto para permanência ao ar livre de forma confortável, mesas de pic-nic em concreto, playground infantil, que proporcionem lazer e diversão de forma segura, quadras poliesportiva, campos de futebol, pista de skate e aparelhos de ginástica para atividades físicas para terceira idade, contribuindo para saúde e bem estar da população, bicicletários para utilização da população, contentores de lixo para compor adequadamente os espaços contribuindo com a organização e limpeza, além das demais áreas não ocupadas pelas vias de circulação, marcando os sistemas de circulação de veículos e pedestres, estacionamentos e jardins. As áreas deverão ser cercadas com guardas-corpos de ferro galvanizado no limite com o corpo hídrico e atender a acessibilidade a portadores de mobilidade reduzida. Os espaços para a prática esportiva serão cercados com alambrados.

Seguem propostas de intervenções, para se adequar aos espaços existentes nos locais das intervenções, aprovado pela FISCALIZAÇÃO.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM



Figura 8: Modelo das Praça 1, 2 e 3

8.18 Cercamentos das áreas

A CONTRATADA deverá cercar todas as áreas de intervenção, que não serão urbanizadas, com cerca em mourão em madeira de lei 3"x3", com 2,00 metros de altura livre, 0,50m enterrado, com espaçamento de 3,00 metros e com 4 fios de arame, afim de evitar invasão.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

8.19 Pavimentação

As pavimentações das áreas de urbanização somente poderão ser executadas após o assentamento das canalizações, que devam passar sob elas. As áreas externas (solo natural) serão regularizadas de forma a permitir sempre fácil acesso e perfeito escoamento das águas superficiais. Competirá ao prestador de serviço executar todas as compactações de solo, bases, sub-bases e reforço de subleito, respeitando as normas técnicas aplicáveis de forma a garantir a qualidade e durabilidade dos serviços de pavimentação, infraestrutura e urbanização.

Na pavimentação deve-se buscar soluções de baixo impacto ambiental, como piso intertravado, (elementos feitos de concreto simples justapostos, que garantem a permeabilidade da intervenção), de forma a adequar aos requisitos previstos na Resolução Conema nº 83/2018.

8.20 Paisagismo

Para implantação do Paisagismo será executada a limpeza da área, para que seja retirado todo ou qualquer material considerado indesejável (entulhos, inços, etc). Antes do plantio, deve-se deixar a terra regularizada ao nível de plantação. A CONTRATADA deverá fornecer as mudas dentro das quantidades especificadas de acordo com o orçamento, em perfeitas condições fitossanitárias.

O plantio nas áreas será baseado na recomposição da cobertura natural existente, e sua aplicação deverá obedecer aos métodos e procedimentos de plantio. A execução do paisagismo na região contará com o preparo do terreno, colocação de grama e plantas de cobertura vegetal, cuidados com as árvores já existentes no local e aplicação de novas árvores descritas no orçamento bem como a irrigação das mesmas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

8.21 Iluminação Pública

Os serviços referentes ao sistema de iluminação pública serão executados nos locais definidos e deverão obedecer às normas municipais vigentes. Serão implantados postes de iluminação e refletores e/ou lâmpadas.

No serviço de implantação da rede de distribuição deverá ser executada escavação rasa. Ao iniciar a escavação de forma manual, a CONTRATADA deverá ter feito a pesquisa de interferência para que não sejam danificados quaisquer tubulações, caixas, cabos, postes ou outros elementos ou estruturas existentes que estejam na área atingida pela escavação ou próximos a esta.

As valas somente serão abertas quando estiverem à mão todos os elementos necessários ao assentamento. Quando os materiais de escavação forem apropriados ao terreno, serão depositados ao lado da vala (a pelo menos 0,50m de afastamento dessas), procurando-se não prejudicar as condições de segurança, trânsito e deslocamento de equipamentos e pessoal ao longo da obra. Tendo em vista o tráfego de veículos e pedestres pelas vias de caminamento da rede, e a fim de evitar o acúmulo de material à beira da vala, a marcha da escavação e do assentamento da tubulação deverá ser concomitante.

A escavação será medida no corte não sendo computados os volumes considerados excessos de escavação em relação às dimensões previstas no orçamento, nas especificações ou estabelecidas na obra a critério da FISCALIZAÇÃO, mas, quando se tratar de valas não escoradas, serão computados eventuais desmoronamentos.

8.22 Sinalização Horizontal

Deverá ser implantada a sinalização horizontal das vias, visando à segurança dos usuários, a ordenação e orientação do tráfego de veículos e pedestres. Deverão obedecer rigorosamente à Legislação Municipal e às Normas existentes do DNIT.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Para que a sinalização seja efetiva, devem ser considerados os seguintes fatores para os seus dispositivos: posicionamento dentro do campo visual do usuário; legibilidade das mensagens e símbolos; mensagens simples e claras; e padronização.

8.23 Fornecimento de Mão de Obra e Equipamentos

Os serviços serão simultâneos e distribuídos conforme as demandas, tendo a capacidade de dinamismo e flexibilidade para atuar efetivamente nos pontos críticos, potencialmente danosos.

As áreas de intervenções serão equipadas com EPI's (equipamentos de proteção individual), ferramentas e mão obra adequadas para execução dos serviços, e contarão com acompanhamento técnico especializado.

Para cada área de intervenção, está prevista, não limitativamente, a utilização dos seguintes equipamentos:

DESCRIÇÃO EQUIPAMENTO/MODELO	Qt. RH I e II	Qt. RH III	Qt. RH IV e VII	Qt. RH V	Qt. RH VI e VIII	Qt. RH IX
Caminhao bascul. medio/pesado 12m3	06	06	06	06	06	06
Caminhao bascul. no toco 8 a 10m3	02	02	02	02	02	02
Caminhao bascul. no toco, 5m3	08	08	08	08	08	08
Caminhao carroc. fixa, 3,5t	02	02	02	02	02	02
Caminhao carroc. fixa, 7,5t	06	06	06	06	06	06
Caminhao carroc. fixa, truc. 12t	01	01	01	01	01	01
Caminhao tanque 6000l	04	04	04	04	04	04
Espalhador de agregados, 1,3m3	02	02	02	02	02	02
Guindauto 3,5t, alcance 7,0m	03	03	03	03	03	03



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Motoniveladora, diesel 125cv	02	02	02	02	02	02
Pa carregadeira,motor diesel 100cv, capacidade rasa 1,3m3	02	02	02	02	02	02
Pa carregadeira,motor diesel 170cv, capacidade rasa 3,1m3	01	01	01	01	01	01
Retro-escavadeira,motor diesel 75cv	04	04	04	04	04	04
Rolo estatico de 3 rodas,autopropelido,99	03	03	03	03	03	03
Rolo estatico de 7 rodas,autopropelido,99	01	01	01	01	01	01
Rolo vibratorio liso 7t 76,5hp	03	03	03	03	03	03
Soquete vibratorio 78kg; 2,5cv	03	03	03	03	03	03
Trator de pneus diesel 63cv	03	03	03	03	03	03
Vassoura mec. rebocavel larg. 2,44m	01	01	01	01	01	01
Betoneira diesel 600l, mistura seca	01	01	01	01	01	01
Betoneira gasolina 320l, mistura seca	10	10	10	10	10	10

8.24 Transportes de Materiais

A CONTRATADA deverá manter a Equipe Técnica, apresentada em sua proposta, ao longo de todo o contrato.

A carga, o transporte e a descarga dos materiais serão feitos de forma a atender às exigências da área onde se desenvolvem os trabalhos. Deverão atender plenamente às diretrizes da NOP – INEA 35, aprovada pela resolução CONAMA nº 35.

O transporte será feito em caminhões basculantes, que estejam em perfeitas condições, quer mecanicamente quer estruturalmente. Para transitar na zona urbana, será necessário que a carroceria seja coberta com lona, evitando-se a queda e espalhamento de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

terra. À critério da FISCALIZAÇÃO, o material poderá ficar depositado no local de carga, até que apresente condições mais estáveis de transporte.

Caberá aos municípios atendidos pelas intervenções, indicar as áreas de bota-fora, devidamente licenciadas. Uma vez que as Prefeituras tem a responsabilidade de indicar tais áreas para destinação final, fica a cargo das mesmas, quando houver necessidade, verificar se a caracterização física e/ou química dos resíduos provenientes das intervenções atendem a resolução CONAMA nº 454.

Durante a execução do contrato, as prefeituras poderão indicar novas áreas para o recebimento de material, desde que também estejam devidamente licenciadas e que não impliquem em aumento o valor global do serviço.

8.25 Fornecimento de Materiais

Todos os materiais necessários à completa execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA e às suas expensas. Os materiais a serem empregados serão novos e deverão ser submetidos a exame e aprovação, antes da sua aplicação, por parte da FISCALIZAÇÃO, a qual caberá impugnar seu emprego se não atendidas as condições exigidas nas presentes especificações.

Os materiais rejeitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser retirados do local do serviço pela CONTRATADA no prazo máximo de 48 horas. A CONTRATADA não poderá manter nos locais das intervenções quaisquer materiais ou equipamentos estranhos aos serviços.

Se circunstâncias ou condições locais de mercado tornar por ventura aconselhável a substituição de qualquer material especificado por outro, equivalente, tal substituição somente será procedida mediante autorização da FISCALIZAÇÃO e de acordo com as diretrizes do Art. 65, da Lei Nº 8.666/93;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Todos os materiais a serem utilizados deverão obedecer às Normas Técnicas da ABNT e em caso de inexistência destas, ficará a critério da FISCALIZAÇÃO a indicação das Normas ou Especificações a serem cumpridas.

A CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO e manter, permanentemente atualizada, lista dos fornecedores de materiais e equipamentos utilizados para a execução dos serviços.

A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se nos locais dos serviços, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licença de utilização.

Todos os materiais necessários à completa execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA e às suas expensas. Os materiais a serem empregados serão novos e deverão ser submetidos a exame e aprovação, antes da sua aplicação, por parte da FISCALIZAÇÃO, a qual caberá impugnar seu emprego se não atendidas as condições exigidas nas presentes especificações.

8.26 Retirada de Entulho

A CONTRATADA será responsável pela correta disposição de todo o entulho proveniente dos serviços, garantindo o lançamento do entulho em áreas aprovadas pelos órgãos ambientais competentes. A CONTRATADA deverá seguir as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil conforme Resolução CONAMA 307 de 5 de julho de 2002.

Não será permitida a permanência de entulhos nos locais e adjacências das áreas do empreendimento, nem a sua disposição nos locais de aterros.

A CONTRATADA deverá:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- Transportar por sua conta e risco os entulhos, retirando-os das dependências da CONTRATANTE, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes, seja ocorrido no local de retirada do entulho por sua culpa, ou no trajeto de transporte.

8.27 Disposição Final

A CONTRATADA deverá apresentar os manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) e Certificado de Destinação Final (CDF), de acordo com a legislação vigente, em especial a NOP INEA 35 – Sistema MTR, aprovado pela resolução CONEMA nº 79, da resolução CONAMA 313/2010 e da IN IBAMA 13/201.

Para elaboração orçamentária, foram considerados os locais mais próximos das áreas de execução dos serviços para disposição final de material que estejam aptos ao seu recebimento. A CONTRATADA deverá pagar os royalties devidos aos CTRs.

Os materiais e resíduos a serem descarregados nos locais de disposição final foram estimados, devido às dificuldades de quantificar o mesmo. No entanto, o controle das quantidades a serem descarregadas será através de tíquetes oficiais de balança de pesagem emitidas pelos Centro de Tratamento de Resíduos.

8.28 Reparos, Retoques, Limpeza e Entregas dos Serviços

Todos os danos causados a serviços adjacentes, durante o andamento dos serviços especificados, deverão ser reparados sob total responsabilidade da CONTRATADA.

Após a conclusão de cada serviço, e antes do início da limpeza deverão ser efetuados os retoques necessários e executada a respectiva proteção. Imediatamente após a conclusão de cada serviço, e antes da sua apresentação à gerência para a vistoria e aprovação final, a CONTRATADA deverá executar a sua limpeza.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Após a conclusão total dos serviços, a CONTRATADA deverá efetuar sua limpeza geral, colocando-a em condições de uso, devendo os detritos, equipamentos, ferramentas e instalações auxiliares serem removidas.

8.29 Atendimento à Resolução CONEMA Nº 83 DE 26/07/2018

Todas as intervenções deverão observar os requisitos previstos na Resolução Conema nº 83/2018 no que refere-se a atividades reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental observando especialmente o que segue:

Art. 2º Consideram-se ações eventuais ou de baixo impacto ambiental as seguintes atividades e empreendimentos desenvolvidos em Áreas de Preservação Permanente, nos termos do art. 3º, X da Lei nº 12.651/2012 :

I - abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestral sustentável;

II - implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

III - implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;

IV - construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;

V - construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores;

VI - construção e manutenção de cercas na propriedade;

VII - pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

VIII - coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;

IX - plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área;

X - exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área;

Art. 3º Além das hipóteses previstas no artigo anterior, são também reconhecidas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro como ações ou atividades eventuais e de baixo impacto ambiental:

I - construção de muro de divisa de propriedades ou posses em áreas urbanas consolidadas, com dispositivo que permita acesso ao corpo hídrico;

II - a intervenção na calha de cursos d'água, que possuem projeto hidráulico devidamente aprovado pelo órgão ambiental, para a execução, regularização, manutenção ou reparo de estruturas hidráulicas, tais como travessias (sobre ou sob corpos hídricos), canalizações, estruturas de contenção de margens, soleiras, deck, píer e pequenas estruturas de apoio a embarcações;

III - serviços de execução de limpeza e desobstrução de cursos d'água;

IV - obras de arte para contemplação e de relevância turística, desde que não prejudiquem o escoamento de cheias do curso d'água;

V - instalações necessárias para o lançamento da drenagem de águas pluviais;

VI - implantação de cobertura projetada ou em balanço, assim compreendidas as estruturas em que uma ou mais extremidades não contam com apoio no solo;

VII - implantação de benfeitorias removíveis sem fundação ou sustentadas por estruturas metálicas;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

VIII - abertura de pequenas vias internas implantadas em piso permeável quando indispensáveis ao trânsito de pessoas ou veículos;

IX - construção de pequeno estacionamento implantado em piso permeável em áreas urbanas consolidadas;

X - implantação de pequeno pátio ou área de manobra em piso permeável em áreas urbanas consolidadas;

XI - implantação de pequenas áreas públicas coletivas de lazer sem estruturas edificáveis e camping regulamentado por órgão competente em área com superfície permeável;

XII - poços para extração de água subterrânea, bem como o abrigo associado, desde que devidamente regularizados pelo órgão competente;

XIII - instalação de poste de rede de energia elétrica ou telecomunicações;

XIV - implantação de pequenas estruturas de apoio para o desenvolvimento do ecoturismo e turismo sustentável;

XV - construção de rampa para decolagem de asa delta, parapente e afins;

XVI - manejo de sistemas agroflorestais implantados de acordo com as normas estaduais, incluindo as podas e supressão das espécies adubadeiras, dentro do contexto do manejo florestal agroecológico, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa quando existente nem prejudiquem a função ambiental da área;

XVII - cultivo de produtos de subsistência e pequenos animais domésticos, bem como a utilização de sistemas orgânicos de produção em escala reduzida, pelos agricultores familiares;

XVIII - implantação de grampos e vias de escalada e rapel em encostas ou partes destas com declividade superior a 45°.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

9 “AS BUILT” – COMO CONSTRUÍDO

A CONTRATADA será responsável por elaborar os desenhos que registrem com precisão todas as características das intervenções, como por exemplo, as dimensões e locações do serviço, como efetivamente foram executadas, as etapas de construção, as eventuais substituições de materiais e equipamentos e quaisquer outras modificações significativas.

O trabalho consiste apresentar um “**Relatório de As Built**” com os levantamentos de todas as modificações existentes, e transformando as informações aferidas, em desenhos técnicos que irá representar a situação de ‘Como Executado’ o serviço.

10 ART/RRT - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A CONTRATADA será responsável por emitir e registrar em órgão competente ART/RRT referente às Intervenções executadas.

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) deverá ser concedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Regional de Arquitetura (CAU).

11 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão e fiscalização dos serviços ficará a cargo da DIRRAM, os quais serão acompanhados por servidores designados pelo Diretor.

À Fiscalização compete acompanhar, analisar e conferir a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem.

A empresa CONTRATADA deverá manter no local dos serviços:

- Livro de ocorrência diária a ser fornecido pela CONTRATADA;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- Uma via do Contrato;
- Cópias dos detalhes de execução;
- Registro das alterações regularmente autorizadas;
- Cronograma físico-financeiro;
- Relação dos recursos de pessoal, material e equipamento alocado nos serviços.

Qualquer alteração ou modificação somente poderá ser feita após a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO. Durante a execução dos serviços somente poderão ser utilizados materiais que sejam reconhecidamente de primeira qualidade e que estejam rigorosamente dentro das especificações apresentadas. Todos os materiais que forem impugnados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser retirados do canteiro, rigorosamente dentro do prazo por ela determinado.

A CONTRATADA deverá tomar conhecimento das condições locais que podem influir nos preços e prazos da execução dos serviços e comunicar imediatamente a FISCALIZAÇÃO.

Os serviços que não forem aprovados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser refeitos sem que acarrete nenhum ônus para o Contratante.

11.1 Forma de Avaliação

A forma de avaliação quanto ao desempenho da CONTRATADA, obedecerão aos seguintes critérios objetivos:

1. Execução fiel do escopo, usando as metodologias prescritas neste Termo de Referência;
2. Execução fiel aos quantitativos previstos em Planilha Orçamentária;
3. Cumprimento aos prazos estabelecidos no Cronograma Físico e em comum acordo com a Fiscalização do contrato.

Para o acompanhamento dos trabalhos serão realizadas reuniões sistemáticas entre a FISCALIZAÇÃO do INEA ou seu Preposto e a CONTRATADA;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Para os serviços executados, serão emitidos **relatórios de vistoria**, que deverão ser levados ao conhecimento da CONTRATADA, para que sejam feitas às devidas correções, solicitadas pela FISCALIZAÇÃO.

11.2 Horário de funcionamento

Os recursos alocados nos serviços serão utilizados em regra no horário 07:00h (sete) às 17:00h (dezessete) com intervalo de 01h (uma) para refeição dos colaboradores, de segunda a sexta e havendo necessidade, devidamente autorizada pela fiscalização, os serviços poderão ter até 02h (duas) horas extras diárias.

Em situações extraordinárias, e com aviso prévio de no mínimo 4 horas de antecedência, a CONTRATADA poderá ser requisitada a trabalhar aos sábados, domingos e feriados.

12 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários são oriundos do Governo Estadual, através do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Os custos dos serviços foram orçados utilizando-se a versão da Tabela EMOP, SCO e/ou a Tabela SINAPI, disponibilizada para o INEA, à época da elaboração do orçamento.

13 PRAZOS E MEDIÇÕES

O prazo total de execução dos serviços é de **12 (doze) meses** e o prazo de vigência, do contrato será de **15 (quinze) meses**, a contar da emissão da Autorização de Início, obedecendo-se os prazos parciais constantes no Cronograma Físico-Financeiro em anexo, e podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta (60) meses (Art. 57, II da lei federal 8.666/93)..



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Segue discriminado abaixo o modelo Autorização para Início de Serviços e Fiscalização.

“Prezados Senhores,

Levamos ao conhecimento de V.S.^a que esta empresa está autorizada a iniciar, a contar de ____/____/2023, de acordo com a legislação em vigor, o contrato “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

Contrato nº ____/2023 – INEA, assinado em ____/____/2023, objeto do Processo SEI-070002/____ e informamos que designamos na Fiscalização dos serviços os servidores _____, ID Funcional nº _____ e _____, ID Funcional nº _____ e _____ como Gestor do Contrato o servidor _____, ID Funcional nº _____, para acompanharem os serviços objeto deste processo”.

Atenciosamente,

Diretor de Recuperação Ambiental – DIRRAM
ID: _____

Recebido em ____ / ____ / ____

(NOME DA EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO)

13.1 Medições

As medições dos serviços serão efetuadas após o envio no início de cada mês da planilha de medição, diário de serviços, o **Relatório de Acompanhamento das Atividades**,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

com notas fiscais, boletins e memórias de cálculos, para que sejam atestados pela FISCALIZAÇÃO do INEA e **posteriormente liberados para pagamento.**

A apuração dos valores devidos será aferida conforme as ordens de serviço, efetivamente prestados, considerando a planilha de preços anexa a este Termo de Referência.

13.2 Condições de Pagamento

Após a liberação para o pagamento, cumpre-se o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente. **Os pagamentos serão condicionados à efetiva prestação e à aferição dos resultados entregues, proporcional ao objeto executado.**

Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura por parte da CONTRATADA, importará na prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Uma vez que a demanda efetiva só será definida durante a execução do contrato, caberá a FISCALIZAÇÃO controlar, medir e justificar as possíveis adequações ao cronograma físico-financeiro, observadas as regras e práticas definidas na Resolução INEA nº 137/2016, respeitando o manual de gestão e acompanhamento de contratos anexo à resolução.

Quaisquer serviços executados pela CONTRATADA sem prévia autorização por escrito da autoridade competente do INEA correrá por sua conta em risco, sem direito a quaisquer indenizações.

14 DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

Por se tratar de serviço comum a licitação será realizada sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme disposto na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 que



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE cuja proposta deverá ser elaborada conforme orientações deste Termo de Referência.

15 GARANTIA

A CONTRATADA deverá estar ciente do Art. 618, do Código Civil, que prevê garantia para a solidez e segurança dos serviços do **prazo é de cinco anos** a contar da conclusão dos serviços. E para qualquer vício em geral (rachaduras, infiltrações, vazamentos, etc), **o período de garantia é 180 dias** a partir da execução dos serviços.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;

Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;

Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

Prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;

Iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados;

Manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;

Atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

Se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;

Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

Se responsabilizar integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;

Se responsabilizar integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo e/ou Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles.

Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.

Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras.

Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art. 11 do Decreto n.º 5.296/04”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ.

A observância das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;

Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Executar os serviços descritos em sua proposta, em conformidade com as especificações e nas condições exigidas neste Termo de Referência;

Discutir previamente com a CONTRATANTE a seqüência dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como qualquer alteração que se torne necessária;

Comunicar ao INEA qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;

Assumir inteira responsabilidade pela execução, bem como, por quaisquer eventuais danos ou prejuízos que possam causar ao INEA ou a terceiros, no cumprimento do Contrato;

Mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que, a juízo da CONTRATANTE, não esteja de acordo com o ajustado no Contrato;

Responder pelas obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária ou resultante de acidente de trabalho, bem como as relacionadas à alimentação, saúde, transporte, uniformes ou outros benefícios, de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego no âmbito da contratação;

Manter, durante a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do presente Contrato, salvo expressa autorização da CONTRATANTE.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Cientificar o órgão de representação judicial da Controladoria-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Proporcionar todas as facilidades sob sua responsabilidade e ao seu alcance para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas vigentes e de acordo com as cláusulas contratuais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Impedir a intervenção de pessoal não autorizado nos locais do Contrato.

Designar um representante, denominado Fiscal, bem como seu Substituto, ambos com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, e os quais notificarão a CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do Fiscal, do substituto e de seus assistentes, aos quais competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo INEA ou até mesmo pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados.

Colocar em prática as recomendações técnicas feitas pela empresa, relacionadas com as condições de funcionamento, uso e segurança do equipamento e instalações.

Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis.

18 DAS PENALIDADES:

A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993, e especificamente à:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo **da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução de todas as atividades necessárias à completa realização dos serviços contratados, em consonância com as prescrições contidas no Contrato e no Cronograma de execução.

A omissão de qualquer procedimento neste Termo, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade de utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados.

A CONTRATADA deverá comunicar por escrito à FISCALIZAÇÃO, quaisquer enganos, dúvidas ou omissão constatadas nas especificações e demais elementos fornecidos para a execução dos serviços. Cabe à FISCALIZAÇÃO analisar e decidir sobre quaisquer alterações daí resultantes e discutir com a CONTRATADA as respectivas implicações.

Toda e qualquer responsabilidade sobre as consequências de má conduta, imperícia ou imprudência de pessoal da CONTRATADA na execução de serviços determinados pela FISCALIZAÇÃO e todo e qualquer dano que venha ser causado nos serviços executados, bem como os encargos impostos por lei, são de responsabilidade da CONTRATADA, respondendo por si e seus sucessores, independente de seguros por ela efetuados.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa pela CONTRATADA desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, do edital, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes.

Todos os elementos existentes sobre as condições locais, constantes deste Termo de Referência não servem de base para transferir ao INEA a responsabilidade da sua conceituação ou de suas conclusões e eventuais imperfeições. É atribuição única e exclusiva da CONTRATADA a verificação das condições locais, complementando-a com informações que achar necessárias, a fim de concluir sobre a exequibilidade dos serviços nas condições a que se propuser.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes no Município, Estado e na União.

Todos os casos que não se enquadrem nesse Termo de Referência ou nas normas vigentes do INEA serão resolvidos conforme as determinações da FISCALIZAÇÃO.